

A NC

J. A-f

FOLHA DE S. PAULO

JORNAL DA TARDE

Domingo, 16 de agosto de 1987 — POLÍTICA — 1.º caderno — A - 7

# Substitutivo prevê desvinculação entre PM e Exército

Da Sucursal de Brasília

O substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, desvincula as Polícias Militares estaduais (PMs) do Exército, subordinando-as exclusivamente aos governadores. O artigo que trata do assunto não faz qualquer menção ao Exército — o que difere da atual Constituição — e transfere para a legislação ordinária a definição da competência das PMs. A informação foi dada ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos relatores-adjuntos da nova Constituição.

Pela Constituição em vigor, as

Polícias Militares são consideradas "forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército". Na prática, as PMs ficam subordinadas aos governos estaduais e, simultaneamente, respondem ao Exército.

O substitutivo contradiz também o primeiro anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização ("Projeto Cabral"), que mantém as Polícias Militares como "forças auxiliares do Exército e reserva deste para fins de mobilização", embora as colocasse sob a "autoridade dos governadores".

Pela Constituição em vigor, as

A decisão de modificar o artigo referente às PMs foi tomada ontem numa reunião dos relatores-adjuntos. A reunião foi coordenada por Cardoso, já que Cabral estava viajando. Embora o grupo tenha discutido as competências das Forças Armadas, uma decisão final sobre a redação do capítulo só será tomada hoje. Os relatores-adjuntos mantiveram também os estados de defesa e de sítio no novo texto constitucional.

O capítulo das "Finanças e Orçamento Público" também foi definido. Segundo o deputado José Serra (PMDB-SP), presente à reunião, foi mantido, em sua quase totalidade, o conteúdo do anteprojeto da Comissão

de Sistematização, embora tenha sido reduzido o número de artigos.

Em seis artigos, o grupo deu forma final a uma série de propostas que condicionam "reajustes e contratações" pela administração direta ao crivo do Congresso Nacional. De acordo com a proposta, todos os gastos do Estado deverão ser previstos pelo Plano Plurianual de Investimentos e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. "Será impossível o governo gastar sem autorização", disse Serra.

Até o final da noite de hoje, um esboço do substitutivo deve estar pronto para ser apresentado, amanhã, aos líderes do PMDB.

Lula Marques



Fernando Henrique dá entrevista no Banco do Brasil sobre o Projeto Cabral